

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2024/2026

SIND TRABS COM MINERIOS DERIV PET E COMB DE SANTOS REG, CNPJ n. 68.016.823/0001-49, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ADILSON CARVALHO DE LIMA;

E
ULTRACARGO LOGÍSTICA S/A, Terminal Santos – CNPJ n. 14.688.220/0011-36, neste ato representado(a) pelos abaixo assinados,

celebram o presente **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DATA BASE E VIGÊNCIAS

O presente Acordo Coletivo de Trabalho terá vigência para o período de 01º de março de 2024 até 28 de fevereiro de 2026, com data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) **Empresa s)** acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores no Comércio de Minérios, Derivados de Petróleo**, com abrangência territorial em Barra do Turvo/SP, Bertioga/SP, Cajati/SP, Cananéia/SP, Cubatão/SP, Eldorado/SP, Guarujá/SP, Iguape/SP, Itanhaém/SP, Itariri/SP, Jacupiranga/SP, Juquiá/SP, Miracatu/SP, Mongaguá/SP, Pariquera-Açu/SP, Pedro de Toledo/SP, Peruíbe/SP, Praia Grande/SP, Registro/SP, Santos/SP, São Vicente/SP e Sete Barras/SP.

Salários, Reajustes e Pagamento Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Reajuste do piso no percentual de **3,86% (três virgula oitenta e seis por cento)** sobre o piso salarial, a partir de 01º de março de 2024.

Fica assegurado o piso salarial de **R\$ 1.827,18 (um mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezoito centavos)** a partir de 01 de março de 2024.

Reajustes/Correções - Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Fica estipulado entre as partes que, em 01 de março de 2024, a **Empresa** efetuará reajuste de **3,86%** (três virgula oitenta e seis por cento) nos salários de até R\$7.000,00 (sete mil reais) dos **Empregados** e de **R\$ 270,20** (duzentos e setenta reais e vinte centavos) nos salários a partir de R\$ 7.000,01 (sete mil reais e um centavo), com as devidas integrações e todos os reflexos legais devidos.

§ 1º – O percentual contido no “caput” será aplicado sobre os valores salariais vigentes em fevereiro de 2024, de acordo com as ressalvas contidas neste acordo.

§ 2º – As antecipações concedidas espontaneamente pela **Empresa**, durante a vigência ou término do anterior instrumento normativo, poderão ser compensadas, exceto as decorrentes de promoção, equiparação salarial, transferências e aumentos reais convencionados formalmente.

DS
Gt

Rubrica
all

DS
TME

Rubrica
CRDCE

§ 3º – Os reajustes contidos no “caput” serão devidos a todos os **Empregados** da categoria profissional, respeitando a faixa salarial acordada, mas independente de existência de salário normativo.

§ 4º – Aos **Empregados** admitidos após 28/02/2023 fica assegurado o reajuste proporcional aos meses de labor na **Empresa**, exceto para cargos com funções idênticas e diferença de tempo de serviços inferior a dois anos no mesmo cargo.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

A **Empresa** fornecerá comprovantes formais dos pagamentos realizados com as verbas e os descontos efetuados, nos termos da legislação vigente.

A **Empresa** se compromete a efetuar os pagamentos dos salários até o dia 30 (trinta) de cada mês, sob pena de multa de 2% (dois por cento), ao mês de atraso, em caso de inadimplência.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros 13º Salário

CLÁUSULA SEXTA - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

O décimo terceiro salário será apurado considerando (i) a média das horas extras realizadas durante os 12 (doze) meses do ano de competência; e (ii) as médias dos adicionais habitualmente recebidos.

Parágrafo Único – A **Empresa** concederá no gozo das férias adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do valor do 13º salário, desde que solicitado pelo **Empregado**.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA SÉTIMA - INTEGRAÇÃO DAS HORAS EXTRAS NO DSR

No cálculo do Descanso Semanal Remunerado (DSR) será considerada a média das horas extras prestadas, bem como, os adicionais habitualmente recebidos, exceto o Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

CLÁUSULA OITAVA - HORAS EXTRAS

A **Empresa** remunerará as horas extras realizadas em dias normais com um acréscimo de:

(i) 80% (oitenta por cento); e

(ii) 100% (cem por cento) para horas realizadas em feriados e dias santificados oficiais, bem como domingos, exceto para os trabalhadores que se ativarem em horário fixo noturno, posto que, a jornada semanal começará sempre no Domingo, por solicitação dos próprios **Empregados**.

§ 1º – Os **Empregados** que laboram em turnos de revezamento receberão o adicional de hora extra de 100% (cem por cento), se houver convocação para o trabalho em suas folgas ou feriados oficiais.

§ 2º – O valor das horas apuradas será computado para efeito dos reflexos legais, tais como DSR, Férias, 13º Salário, FGTS e verbas rescisórias.

DS
GK

Rubrica
all

DS
TMEF

Rubrica
CRDCE

DS
DMS

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA NONA - DO PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO

A **Empresa** garante o pagamento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) no percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por ano de efetivo serviço prestado, limitado a 5% (cinco por cento), sendo base de cálculo o Salário Base do **Empregado** acrescido do Adicional de Periculosidade, quando houver.

§ 1º – O ATS não tem natureza salarial ou remuneratória, inclusive para fins de **equiparação**.

§ 2º – O ATS será devido no mês seguinte aquele em que o **Empregado** completar 01 (um) ano de efetivo vínculo empregatício com a **Empresa**.

§ 3º – O ATS não será devido na forma proporcional, portanto, os **Empregados** desligados, por exemplo, com período de labor inferior a 1 (um) ano, não receberão pagamento proporcional deste adicional.

§ 4º – Os valores decorrentes desta cláusula têm natureza indenizatória, porquanto, não integrarão a remuneração do **Empregado** sob nenhum título.

§ 5º – Os **Empregados** que já recebem, desde antes da vigência deste Acordo, o ATS em percentagem superior ao limite estabelecido, terão o percentual mantido no mesmo patamar do último recebido, e não poderão ter qualquer aumento ou diminuição deste percentual.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO

Fica assegurado aos **Empregados** que trabalham no horário noturno, o adicional noturno equivalente a 20% (vinte por cento), exceto para os **Empregados** em turno ininterrupto de revezamento, os quais recebem o Adicional de Turno já contemplando o noturno.

Parágrafo Único – Considera-se horário noturno o trabalho realizado no período compreendido entre 22 (vinte e duas) horas e 00 (zero) minutos de um dia até 05 (cinco) horas e 00 (zero) minutos do dia seguinte.

Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

A **Empresa** pagará o Adicional de Periculosidade, no percentual de 30% (trinta por cento), aos **Empregados** lotados nos Terminais de Santos, os quais estiverem expostos à atividade assim caracterizada.

Outros Adicionais

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADICIONAL DE FÉRIAS

A **Empresa** concederá o Adicional de Férias decorrente do tempo de serviço, a ser pago por ocasião do gozo das férias regulares dos **Empregados**, nas seguintes proporções:

REGRA	PERCENTUAL
Por ocasião de 3ª e 4ª férias.	16,75%
Por ocasião da 5ª e 6ª férias.	23,45%
Por ocasião da 7ª e 8ª férias.	30,15%
Por ocasião da 9ª e 10ª férias.	46,90%
Por ocasião da 11ª e 14ª férias.	53,60%
A partir da 15ª férias.	67,00%

DS
Gk

Rubrica
all

DS
TME

Rubrica
CRDCE

DS
DMS

Parágrafo Único – Na hipótese de dispensa sem justa causa por iniciativa do empregador, o adicional de férias será pago proporcionalmente ao período aquisitivo incompleto em tantos avos quanto forem os meses decorridos.

Prêmios

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PRÊMIO BRIGADA

Assegura-se em favor de todos os **Empregados** da **Empresa** da filial de Santos, exclusivamente, no mês de dezembro, um prêmio no valor de **R\$ 429,27 (quatrocentos e vinte e nove reais e vinte e sete centavos)**, a título de “Prêmio Brigada”, com natureza jurídica indenizatória, pagos através de crédito no cartão alimentação.

§ 1º – O recebimento do “Prêmio Brigada” fica condicionado à participação dos **Empregados** em 100% (cem por cento) dos treinamentos de brigada, exceto faltas justificadas e férias.

§ 2º – A condicionante do percentual de 100% de frequência nos treinamentos, não será aplicada aos **Empregados** com restrições médicas impeditivas para participação nos treinamentos de brigada.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CESTA BÁSICA

A **Empresa** fornecerá, a todos os trabalhadores abrangidos por este Acordo Coletivo de Trabalho, o Auxílio Alimentação no valor de **R\$ 1.315,00** (um mil, trezentos e quinze reais), a partir do dia 01 de março de 2024.

§ 1º – O Auxílio Alimentação definido no “caput” será fornecido através de entrega de vale alimentação, cartão magnético ou outra forma que facilite e possa garantir o recebimento deste benefício pelos **Empregados**.

§ 2º – O Auxílio Alimentação será devido a todos os **Empregados** sem afastamento, e sem registro de falta injustificada.

§ 3º – Fica ajustado que será considerada falta injustificada, se o **Empregado** não apresentar justificativa legal, ou a **Empresa** não aceitar a que for oferecida.

§ 4º – O Auxílio Alimentação será fornecido aos **Empregados** que vier a se afastar por auxílio-doença, acidente de trabalho ou licença maternidade, por um período de até 6 (seis) meses.

§ 5º – Os **Empregados** em gozo de férias receberão o Auxílio Alimentação.

§ 6º – O Auxílio Alimentação ou qualquer outro benefício desta natureza não integrará o salário ou a remuneração do trabalhador, sob nenhum fim, justificativa ou fundamento.

§ 7º – Não haverá proporcionalidade no valor da Cesta Básica cujo direito será sempre integral, independente do tempo de casa do **Empregado**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CESTA NATALINA

Todos os **Empregados** receberão, na primeira quinzena de dezembro, o valor de **R\$ 302,79 (trezentos e dois reais e setenta e nove centavos)** a título de CESTA NATALINA, com natureza indenizatória, pagos pela **Empresa** mediante fornecimento de cartão alimentação.

DS
GK

Rubrica
all

DS
TME

Rubrica
CRDCE

DS
DMS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PARTICIPAÇÃO NO VALOR DA ALIMENTAÇÃO

O **Empregado** participará com o valor de R\$10,00 (dez reais) por mês referente à participação no valor da refeição ou lanche oferecido pela **Empresa**, conforme definido no Programa de Alimentação do Trabalhador -PAT.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - VALE TRANSPORTE

A **Empresa** se obriga a fornecer vale transporte a todos os **Empregados**, os quais solicitarem por escrito tal benefício, sendo efetuado o desconto de 3% (três por cento) aplicável sobre o salário base do trabalhador.

Auxílio Educação

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SALÁRIO EDUCAÇÃO

A **Empresa** concederá nos meses de fevereiro e julho um auxílio educação aos **Empregados**, no montante de 50% (cinquenta por cento) do Piso Salarial definido neste instrumento normativo.

§ 1º – O benefício será devido a todo **Empregado** matriculado em instituições de ensino oficial ou reconhecido pelo poder competente, desde que tenha mantido contrato com a **Empresa** nos 6 (seis) meses anteriores à data fixada para seu pagamento.

§ 2º – O direito ao recebimento do benefício em comento ficará condicionado ao preenchimento da condição inserida no § 1º desta cláusula, bem como dos requisitos: (i) pré-apresentação do comprovante de matrícula; e (ii) comprovação de frequência nos cursos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXÍLIO FILHO PCD

A **Empresa** reembolsará mensalmente qualquer tipo de despesa apresentada pelo trabalhador, desde que incorrida em prol do filho PCD, até o limite de **R\$ 525,00** (quinhentos e vinte e cinco reais).

§ 1º – É obrigatória a entrega do certificado da pessoa com deficiência emitido pelo Governo Federal ou o laudo médico que comprove deficiência do seu filho PCD. Esse laudo deverá ser emitido por médico especialista da área em questão e será analisado pela área médica da **Empresa**.

§ 2º – O benefício será devido a todo filho dependente PCD matriculado em instituições de ensino oficial ou reconhecido pelo poder competente.

§ 3º – O direito ao recebimento do benefício em comento ficará condicionado ao preenchimento da condição inserida nos § 1º e 2º desta cláusula, bem como dos requisitos:

- (i) pré-apresentação do comprovante de matrícula;
- (ii) comprovação de frequência nos cursos e
- (iii) comprovante de pagamento

DS
DMS

§ 4º – No caso de deficiências que inviabilizem a matrícula e estudo em instituições de ensino conforme previsto no § 2º, o **Empregado** estará dispensado de apresentar os itens constantes do § 3º, desde que a inviabilidade conste em laudo médico analisado pela área médica da **Empresa**.

DS
GK

Rubrica
ACU

DS
TMF

Rubrica
CRDCE

CLÁUSULA VIGÉSIMA – AUXÍLIO CRECHE

A Empresa reembolsará 50% (cinquenta por cento) das mensalidades com creche particular ou empregada doméstica para os serviços de babá contratados pela Empregada ou Empregado viúvo, sem companheira (o).

§ 1º - Fica estipulado que o reembolso referido no caput estará limitado a **R\$ 250,00** (duzentos e cinquenta reais), e será devido do 6º (sexto) mês de vida até o 24º (vigésimo quarto) mês de vida;

§ 2º - O(a) Empregado (a) que escolher contratar alguém deverá apresentar os recibos de pagamento, visando o reembolso referido nesta cláusula;

§ 3º - O benefício concedido nesta cláusula não possui natureza salarial, porquanto, jamais poderá integrar o salário dos Empregados.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

Em caso de morte natural ou acidental do **Empregado**, a **Empresa** se compromete a pagar a seus herdeiros legais, o valor correspondente ao seu salário contratual, limitado ao teto de 3 (três) salários-mínimos vigentes na data do falecimento, desde que a **Empresa** não mantenha seguro ou benefício em valor igual ou superior ao contido nesta cláusula.

Outros Auxílios

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - SUBSTITUIÇÃO E INTERINIDADE

O direito ao salário substituição ocorrerá somente, se o **Empregado** substituir outro trabalhador, por mais de 20 (vinte) dias consecutivos, sendo neste caso percebido o salário contratual do cargo substituído, exceto para as funções de coordenação, chefia e gerencias, nas quais não poderão gozar do benefício contido nesta cláusula.

Parágrafo Único – O direito ao salário de substituição decorre da nomeação antecipada do substituto pela **Empresa**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - EMPRESA CIDADÃ

A **ULTRACARGO** é EMPRESA CIDADÃ, pelo que os benefícios da licença maternidade e licença paternidade serão prorrogados de acordo com referido programa.

§ 1º – A licença maternidade será estendida por mais 60 (sessenta) dias, totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º – A licença paternidade será estendida por mais 15 (quinze) dias corridos, totalizando 20 (vinte) dias corridos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - COMPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO

A **Empresa** complementarará qualquer auxílio previdenciário, por até 6 (seis) meses contados da sua efetiva concessão, nos casos em que o valor do benefício recebido pelo trabalhador afastado seja inferior ao valor do seu salário base apurado no mês anterior ao afastamento.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - HOMOLOGAÇÕES DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

As rescisões dos contratos de trabalho firmados por **Empregados**, com mais de 1 (um) ano de serviço deverão ser homologadas, perante o **Sindicato** da categoria profissional.

DS
Gk

Rubrica
all

DS
TME

Rubrica
CRDCE

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO EMPREGADO ACIDENTADO

Ao **Empregado** que vier a se afastar em decorrência de acidente do trabalho, com recebimento do benefício do INSS - auxílio-doença acidentário, fica assegurado o direito à estabilidade ao **Empregado** pelo prazo de 12 (doze) meses, após cessação deste benefício.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - GARANTIA DO PERÍODO PRÉ-APOSENTADORIA

Fica assegurada garantia de emprego ou salário pelo tempo que faltar para os trabalhadores adquirirem o direito de se aposentar, desde que preenchidos os 2 (dois) requisitos: (i) comprovadamente faltar 01 (um) ano para aquisição do direito à aposentadoria; e (ii) laborar na **Empresa** por 05 (cinco) anos.

§ 1º – O benefício contido no caput não será devido aos **Empregados**, nos casos de demissão por justa causa, extinção do estabelecimento ou motivo de força maior devidamente comprovada.

§ 2º – O **Empregado** que preencher as condições contidas no caput **desta** cláusula, se for desligado por iniciativa da **Empresa** disporá de um prazo de 60 (sessenta) dias, para comunicar tal condição à **Empresa**.

§ 3º – O prazo referido no § 2º poderá ser acrescido de 30 (trinta) dias, se houver problemas por culpa exclusiva da Previdência Social.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ACOMPANHAMENTO DO EMPREGADO, APÓS RETORNO AO LABOR

A **Empresa** providenciará o acompanhamento dos seus **Empregados**, após retorno ao labor, com utilização do programa da **Empresa** denominado “Anjo” (programa disponibilizado para o **Sindicato**), no qual será indicado um trabalhador para monitorar e garantir que será realizada a reciclagem dos treinamentos de procedimentos da área de atuação de cada **Empregado**.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ARQUIVOS E SISTEMAS ELETRONICOS

Os equipamentos, softwares, arquivos de dados, as informações armazenadas eletronicamente, os sistemas de informações utilizados pelo **Empregado** para o exercício de sua função, são de exclusiva propriedade material e intelectual da **Empresa**, obrigando-se o **Empregado** a utilizá-los somente para desincumbir-se das atribuições e responsabilidades de seu cargo, ficando estabelecido que a **Empresa** possui o direito de verificar e rastrear as mensagens que receber e/ou transmitir, respondendo o **Empregado** pelo uso incorreto que vier a fazer do sistema, bem como pelos danos que causar à **Empresa**.

DS
DMS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - PERFIL PROFISSIONGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO (PPP)

A **Empresa** fornecerá o PERFIL PROFISSIONGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO (PPP) a todos os **Empregados** demitidos no ato da homologação da rescisão contratual ou a qualquer tempo quando solicitado pelo **Empregado** e/ou pelo **Sindicato** Profissional, o qual deverá ser fornecido neste caso no máximo em 30 (trinta) dias. O prazo referido no § 1º. Poderá ser acrescido de 30 (trinta) dias, caso necessário maior tempo para levantamento das informações, mediante justificativa para tal prorrogação.

DS
GK

Rubrica
ACU

DS
TME

Rubrica
CRDCE

O PPP será emitido com base no PPRA, cujo planejamento de revisão anual será comunicado ao representante sindical.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – RECONHECIMENTO DA UNIAO HOMOAFETIVA

O(A) trabalhador(a) da **Empresa** que comprovar união homoafetiva (certidão de casamento ou união estável em cartório) terá estendido todos os direitos e benefícios sociais, econômicos e familiares destinado no presente acordo coletivo aos trabalhadores com união heterossexual, equiparando-as em direitos e obrigações.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas. Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - JORNADA DOS HORÁRIOS FIXOS DIURNO/TARDE/NOITE

A duração de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de segunda a sábado, para os cargos abaixo relacionados, se labor em horário fixo (diurno e tarde).

I. Operador I;
II. Operador II;
III. Supervisor de Operações;
IV. Inspetor de Qualidade Controle;
V. Técnico de Qualidade Controle;
VI. Faturista

§ 1º – Acordam entre si, a **Empresa** e o **Sindicato** que os **Empregados** citados acima que laborarem no horário noturno deverão trabalhar 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de domingo a sexta-feira, em atendimento à solicitação dos próprios **Empregados**.

§ 2º – Fica assegurado para todos os **Empregados**, o direito ao intervalo diário de 1 (uma) hora para repouso ou alimentação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - COMUNICAÇÃO DE PENALIDADES E ABONO DE FALTAS AO ESTUDANTE

As advertências, suspensões ou desligamento por justa causa deverão ser feitas por escrito, sendo inserido motivo/justificativa para aplicação.

O **Empregado** estudante matriculado em estabelecimento de ensino oficial autorizado ou reconhecido pelo poder competente terá abonada a falta, para realização de exames escolares, desde que avise a **Empresa** com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) antes do exame, sujeitando-se a posterior comprovação da realização do exame.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - INTERVALO INTERJORNADA

Fica assegurado o descanso de 11 (onze) horas entre duas jornadas, exceto no caso de emergências, bem como ocorrências não previstas e fora do controle do **Empregado** ou de seu empregador.

DS
GK

Rubrica
ACU

DS
TME

Rubrica
CRDCE

DS
DMS

Faltas

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E CONVOCAÇÕES JUDICIAIS

A **Empresa** aceitará os atestados médicos e odontológicos fornecidos pelo ambulatório do **Sindicato** acordante, desde que a **Empresa** não mantenha convênio que substitua esses serviços.

Os **Empregados** poderão deixar de comparecer ao trabalho, sem prejuízo da remuneração, de acordo com as seguintes regras:

03 (três) dias úteis	Em virtude de casamento
02 (dois) dias consecutivos	Devido falecimento de cônjuge, ascendentes, descendentes ou conviventes devidamente reconhecidos nos termos da lei.
05 (cinco) dias consecutivos	Licença paternidade, em virtude do nascimento de filho.

Turnos Ininterruptos de Revezamento

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DO TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO E DO SEMITURNO

A jornada de trabalho dos trabalhadores em turno ininterrupto de revezamento ou semi turno será de 08 (oito) horas diárias, com intervalo de uma hora para repouso/alimentação, não computado na jornada de trabalho diária, conforme tabela com escalas de revezamento anexadas.

§ 1º – As escalas poderão ser organizadas de diversas maneiras e, enquanto mostrar-se adequada continuará a obedecer ao sistema 07 (sete) dias de trabalho seguidos por folgas organizadas e acordadas entre os **Empregados** e o empregador.

§ 2º – As escalas poderão ser alteradas a qualquer tempo, desde que a necessidade se manifeste, e ocorra entendimento entre o empregador e os **Empregados**, os quais poderão ser assistidos por sua entidade profissional.

§ 3º – A alteração das escalas deverá ser entregue ao **Sindicato**, para ciência e conhecimento.

§ 4º – A tolerância para registro de ponto antes do início e após o encerramento da jornada de trabalho será de até 15 (quinze) minutos, portanto, tais minutos não serão considerados a disposição do empregador, e nem tão pouco devidos como hora extra ou descontados do **Empregado**.

§ 5º – Fica assegurado o descanso de 11 (onze) horas entre duas jornadas, exceto no caso de emergências, bem como ocorrências não previstas e fora do controle do **Empregado** ou de seu empregador, sendo observadas as disposições a respeito contidas na Cláusula Trigésima Sexta - Princípio da Razoabilidade.

§ 6º – Aos **Empregados** que laborarem sob o regime de turno de revezamento será efetuado pagamento de Adicional de Turno (ATN), no percentual de 26% sobre o salário base do **Empregado**.

§ 7º – O semi-turno será aquele que o trabalhador prestará seu labor em dois horários de forma alternada, sendo lhe garantido os mesmos direitos dos trabalhadores que atendem os três turnos de trabalho, conforme tabela de escala de trabalho, cuja cópia será entregue pela **Empresa** ao **Sindicato** sempre que alterada.

§ 8º – Os **Empregados** que laborarem em horário fixo não receberão o Adicional de Turno (ATN).

DS
Gt

Rubrica
all

DS
TME

Rubrica
CRDCE

DS
DMS

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SETIMA - PRINCÍPIO DE RAZOABILIDADE

As partes adotam a Razoabilidade como princípio interpretativo básico para a solução de quaisquer das questões que decorrerem do contrato de trabalho existente entre as partes, de sorte a afastar a aplicação da interpretação única e dogmática das normas legais, tendo-se em mente, em especial, as questões formais onde a realidade impõe a utilização de regras do senso comum.

§ 1º – Os eventos de excesso de jornada, acima dos limites previstos no artigo 59 da CLT, desde que não ultrapassem a 3% (três por cento) do total de dias de trabalho do quadrimestre, serão considerados como inerentes à atividade econômica da **Empresa**, restando atendidas as disposições dos Art. 59 e 61 da CLT.

§ 2º – O intervalo interjornada nos termos do artigo 66 da CLT poderá ser inferior a 11 (onze) horas, desde que decorram de necessidades imperiosas fora do controle da **Empresa**, e que tenha ocorrido prévio entendimento entre as partes, limitando-se tais eventos ao percentual de 3% (três por cento) dos dias trabalhados do quadrimestre e que não sejam sucessivos, assim entendidos aqueles que ocorrerem durante 6 (seis) dias seguidos ou mais.

§ 3º – A realização de jornadas extras ou especiais estará sempre dependente de prévio entendimento entre o **Empregado** e a **Empresa**, ficando esta impedida de exigi-las, exceto no caso de emergências ou necessidade imperiosa devidamente justificável.

§ 4º – Para efeito de apuração do quadrimestre de trabalho serão considerados os 2 (dois) meses anteriores, e seguintes ao evento que estiver servindo de ponto inicial para sua contagem.

§ 5º – Em caso de abuso, devidamente comprovado perante a entidade sindical representativa da categoria profissional, a **Empresa** estará impedida de continuar fazendo uso das disposições contidas **apenas** nesta cláusula, a partir da constatação da prática abusiva.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DO DISCIPLINAMENTO DO ADICIONAL DE TURNO

Fica assegurado aos **Empregados** que laborarem em Turno Ininterrupto de Revezamento, o recebimento do Adicional de Turno (ATN), o qual contempla em sua composição as seguintes parcelas:

A	Turno Ininterrupto de Revezamento
B	Adicional Noturno
C	Redução Ficta Hora Noturna Reduzida
D	Reflexos do Repouso Semanal Remunerado

DS
DMS

§ 1º – O Adicional de Turno (ATN) será aplicado sobre o salário base do **Empregado**.

§ 2º – O Adicional de Turno (ATN) será devido enquanto o **Empregado** laborar em regime de turno ininterrupto de revezamento, cessando ao trabalhar em horário fixo, independente do tempo em que o trabalhador permaneceu nesse regime de turno ininterrupto de revezamento.

§ 3º – O Adicional de Turno (ATN) indeniza/quita quaisquer direitos dos **Empregados** que laborarem em turno ininterrupto de revezamento, inclusive os inseridos nas alíneas “A”, “B”, “C”, “D” do *caput* desta cláusula.

DS
GK

Rubrica
all

DS
TME

Rubrica
CRDCE

**Relações Sindicais
Contribuições Sindicais**

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO MENSAL

Os **Empregados** da **Empresa** contribuirão mensalmente com o valor a ser estabelecido, conforme decisão da Assembleia Geral da Categoria, a qual deverá ser comprovada anualmente à **Empresa**.

§ 1º – Fica assegurado aos **Empregados** o direito de oposição ao desconto da referida cobrança, desde que apresente de forma individual carta de oposição que deverá ser protocolizada pessoalmente à entidade sindical, no prazo de até 15 (quinze) dias após ajuste do Acordo Coletivo de Trabalho, em decorrência da presente negociação coletiva, realizada de forma regular e legítima, nos termos dos artigos 462, 611 e seguintes da CLT.

§ 2º – A oposição apresentada pessoalmente perante o **Sindicato** será protocolizada para as providencias necessárias e posterior informação pela entidade sindical à Área de Recursos Humanos da **Empresa**, para que não seja efetuado o desconto.

§ 3º – O repasse ao **Sindicato** deverá ser realizado até o 10º (décimo) dias após sua retenção, sendo que deverá ser confirmado através da relação dos **Empregados** contribuintes.

**Disposições Gerais
Mecanismos de Solução de Conflitos**

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – FORO

As partes, de comum acordo, elegem a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências relacionadas às disposições pactuadas neste instrumento normativo.

E por estarem justas e acordadas as partes firmam este instrumento, para que produza todos os efeitos previstos no ordenamento jurídico brasileiro.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO

Fica estabelecida uma multa de 1 (um) salário-mínimo por cláusula descumprida, revertendo o valor correspondente para a parte prejudicada.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A **Empresa** se compromete a negociar anualmente programa de participação nos resultados com a participação dos trabalhadores e do **Sindicato**.

DS
DMS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS RETROATIVAS

A **Empresa** se compromete a realizar o pagamento das diferenças retroativas referente os cálculos dos reajustes constantes no presente acordo até o dia 30 de dezembro de 2024.

DS
Gk

Rubrica
all

DS
TME

Rubrica
CRDCE

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Os benefícios estipulados neste instrumento normativo, na hipótese de vierem a existir, por ato compulsório do poder público, vantagens diretas ou indiretas equivalentes e que visem ao atendimento dos mesmos fins colimados no presente instrumento, de forma a não estabelecer o direito ao enriquecimento ilícito, em virtude do pagamento em duplicidade, fica autorizada compensação, no entanto prevalecerão, aqueles que se mostrarem mais favoráveis ao trabalhador.

Parágrafo Único – Todas as disposições contidas neste Acordo Coletivo de Trabalho serão aplicáveis aos **Empregados** lotados na **ULTRACARGO - filial Santos**, independente de sindicalizados ou não.

SIND TRABS COM MINERIOS DERIV PET E COMB DE SANTOS REG – SINDMINÉRIOS

Assinado por:

Adilson Carvalho de Lima

28410FF95A8B4EB...

ADILSON CARVALHO DE LIMA
Presidente

DocuSigned by:

Guilherme Krupensky

A3C0525AD6DC4EB...

GUILHERME HENRIQUE NEVES KRUPENSKY
Advogado – OAB/SP 164.182

ULTRACARGO LOGÍSTICA S/A

DocuSigned by:

THAIS MARQUES FORTINO

BE1F599C8A55495...

THAIS MARQUES FORTINO
Coordenadora de Recursos Humanos

Assinado por:

Cristiane Regina da Cruz Fonseca

CFFE5C2A959F411...

CRISTIANE REGINA DA CRUZ FONSECA
Gerente de Remuneração

TESTEMUNHA

DocuSigned by:

Daniilo Marcelo Santos

2414F819F56647E...

DANILO MARCELO SANTOS
Consultor Relações Trabalhistas e Sindicais